

Editorial

TEMA LIVRE

Carlos Antonio de Souza Moraes
Universidade Federal Fluminense

A Revista Goytacá, número 1, volume 5, ano 2026, de tema livre, reúne um conjunto de artigos que, embora abordem objetos de estudo distintos, apresentam convergências teórico-metodológicas e ético-políticas, sustentadas pela crítica à sociedade capitalista e aos padrões histórico-estruturais e sociopolíticos de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Os artigos, predominantemente vinculados à área de Serviço Social, dialogam de forma permanente com campos afins do conhecimento, fundamentando suas análises na teoria crítica. As investigações mobilizam diferentes estratégias metodológicas, como pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, além de evidenciar experiências profissionais e acadêmicas que contribuem para a produção de conhecimento crítico e socialmente referenciado.

Nesse sentido, o conjunto de trabalhos apresentado ao leitor, contempla análises que abordam a questão social em suas múltiplas expressões; as políticas sociais, com destaque para as políticas de habitação, de cuidados, penitenciária e voltada à população em situação de rua; os sujeitos sociais, compreendidos na perspectiva dos sujeitos de direitos, como mulheres idosas, população em situação de rua, estudantes de pós-graduação e cuidadoras(es); bem como o próprio Serviço Social, seja por meio das experiências de estágio na graduação e na pós-graduação, seja a partir da reflexão sobre o trabalho profissional.

Considerando tais elementos, os artigos estão organizados da seguinte forma:

Em DIREITOS NEGADOS E PROTEÇÃO SOCIAL FRAGILIZADA: REFLEXÕES SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA, de autoria de Cristiane dos Santos Oliveira e Jaqueline de Melo Barros, são apresentados resultados que evidenciam o caráter contraditório das políticas sociais, marcado, de um lado, por avanços normativos relacionados à garantia de direitos e, de outro, por persistentes entraves, como o subfinanciamento, a fragmentação das políticas sociais e a focalização das ações. As autoras concluem que o enfrentamento da situação de rua requer políticas universais, contínuas e intersetoriais, comprometidas com a proteção social e a dignidade humana.

No artigo SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO, DESIGUALDADE SOCIAL E OMISSÃO ESTATAL: UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, Gisely Ramos Soares examina problemas relacionados à saúde, às condições materiais de custódia e aos limites da ressocialização. Os resultados indicam que a superação da crise prisional exige medidas estruturais que transcendam respostas emergenciais e articulem política penitenciária, saúde pública e inclusão social.

O artigo HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MOBILIDADE URBANA E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO À CIDADE, de Karina Monteiro Melo e Sergio Rafael Cortes de Oliveira, debate as relações entre habitação de interesse social, direito à cidade e mobilidade urbana, problematizando as políticas habitacionais e as desigualdades socioeconômicas. Os autores defendem a necessidade de uma abordagem integrada entre habitação, mobilidade e direitos urbanos.

Em O ACESSO À MORADIA DIGNA E O DIREITO À CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL, Dayana Muylaert e Teresa de Jesus Peixoto Faria analisam em que medida a política habitacional, compreendida simultaneamente como política pública e política social, tem sido capaz de enfrentar as expressões da questão social relacionadas ao acesso à moradia digna no contexto brasileiro.

No artigo A POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS E A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE O RECONHECIMENTO DO DIREITO E A GESTÃO DAS DESIGUALDADES, Paula Proença de Figueiredo Coutinho e Neusa Cavalcante Lima concluem à luz da Teoria da Reprodução Social (TRS), que a política nacional de cuidados é compreendida como uma resposta estatal à crise da reprodução social, sem, contudo, romper com as contradições estruturais que a produzem, como a divisão sexual e racial do trabalho, o subfinanciamento das políticas sociais e a subordinação da vida à lógica da acumulação do capital.

Já em O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E CLASSE: O SER IDOSA NO MUNICÍPIO DE MACAÉ (RJ), Ketnen Rose Medeiros Barreto e Karla Dias Barbosa discutem o envelhecimento de mulheres em situação de pobreza, analisando como as desigualdades sociais influenciam as condições de vida e o acesso aos direitos em um contexto marcado pelas contradições do capitalismo. As autoras demonstram que a pobreza, como expressão da questão social, incide de forma desigual sobre o processo de envelhecimento, de modo que a longevidade permanece profundamente condicionada às condições materiais de existência.

Por fim, em ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA, Carla Carolinne Alves de Carvalho Moisés e Luci Faria Pinheiro defendem que a experiência do estágio em docência pode constituir um espaço de resistência e fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a emancipação humana, especialmente diante do contexto de mercantilização da educação superior e de precarização do trabalho profissional e docente.